

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2020
(Do Sr. Deputado Alexandre Padilha)

Requer à Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, informações sobre os gastos com a campanha pela abstinência sexual.

Senhor Presidente,

O Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, as seguintes informações:

- 1) A Ministra tem afirmado que a decisão para fazer a campanha “foi baseada em evidências científicas”. Qual a fonte desse estudo? Quais são essas evidências?
- 2) Houve alguma consulta ao Ministério da Saúde sobre a campanha?
- 3) O Ministério da Educação foi consultado já que é o responsável pela elaboração do PCN e BNCC?
- 4) Qual o valor dos recursos destinados para a campanha e quanto isso representa em relação ao orçamento para a prevenção de gravidez na adolescência?

5) Quais as ações que estão previstas para a campanha?

JUSTIFICAÇÃO

Existem documentos no Brasil para orientar a atuação de professores e professoras no que tange a educação sexual nas escolas: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Curricular Comum (BNCC). O tema da sexualidade deve ser tratado de forma transversal e precisa, necessariamente, abordar o uso de métodos contraceptivos, prevenção de doenças, conhecimento do próprio corpo, gênero etc. A abstinência sexual, como método contraceptivo, não está previsto nos dois documentos supramencionados.

Embora a ministra afirme que tem base científica para justificar sua campanha, a realidade é que o Ministério apresentou apenas dois estudos publicados pelo mesmo grupo de acadêmicos, realizada há mais de duas décadas no Chile. O mundo mudou em 20 anos e a realidade chilena não é a mesma que a realidade brasileira. Políticas públicas precisam se basear num conjunto de produções científicas sobre antes de serem colocadas em prática, ainda mais quando se trata da saúde de milhões de jovens brasileiros.

Por outro lado, há diversas pesquisas nacionais e internacionais que demonstram a falácia de campanhas deste tipo, que não só não promovem mudanças positivas na vida de adolescentes, não impedem a gravidez precoce, como ainda contribuem para o aumento exponencial de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs).

Os pesquisadores, da Universidade de Exeter, no Reino Unido, analisaram 37 revisões de literatura que incluíram 224 estudos clínicos de educação sexual no ambiente escolar e concluíram que "intervenções focadas em abstinência são

ineficazes para promover mudanças positivas no comportamento sexual. Em contraste, intervenções abrangentes, programas focados em prevenção do HIV e clínicas nas escolas demonstraram ser efetivas em melhorar conhecimento e mudar atitudes e comportamentos e resultados relacionados à saúde".

Diante desses fatos, com a urgência que se faz necessária, requeiro as informações aqui solicitadas.

Sala das Sessões, em, de fevereiro de 2020.

ALEXANDRE PADILHA
Deputado Federal PT/SP